

## **APRESENTAÇÃO: PARTIDOS POLÍTICOS, INSTITUIÇÕES E DEMOCRACIA NO BRASIL**

Maria do Socorro Sousa BRAGA<sup>1</sup>  
Milton LAHUERTA

Democracia e Partidos Políticos são fenômenos modernos indissociáveis. Como bem sabemos, sem um sistema partidário consistente, não há democracia moderna.

No Brasil, a primeira experiência partidária viável ocorreu na democracia de 1946, quando tivemos uma dinâmica de competição interpartidária estruturada por partidos políticos que faziam, ao menos em grande parte daquele período, a mediação entre a sociedade e o estado. Dos treze partidos que compunham aquele sistema partidário, seis legendas foram efetivamente consideradas nacionais, por Soares (1973), do ponto de vista organizacional: PSD, UDN, PTB, PCB, PSP e PRP.

Já na democracia competitiva pós-1985, se levarmos em consideração o ano de 1980 como o marco inicial do atual sistema partidário, veremos que os principais partidos políticos estão organizando a competição político-eleitoral há mais de 29 anos, o que significa ser esta a mais longa experiência partidária de nossa história política. Mais precisamente, como mostra BRAGA (2006), entre o final de 1979 e início de 1980 foram criados PT, PDT e o PTB. O PMDB e o PDS foram reorganizados, visando a atender as exigências da primeira reforma partidária realizada em 1979. Mesmo o PFL, atual DEM, foi criado durante as discussões em torno das eleições indiretas para a presidência da República, em 1985. Dois anos depois, durante os debates na Constituinte, uma dissidência no PMDB levaria à criação do PSDB. Outros partidos com alguma relevância surgiram ainda em meados dos anos 1980, como, por exemplo, PSB, PL/PR, PCB/PPS, PCdoB e o PV.

---

<sup>1</sup> UFSCAR – Universidade Federal de São Carlos. Centro de Educação e Ciências Humanas – Departamento de Ciências Sociais. São Carlos – SP – Brasil. 13565-905 – msbraga@ufscar.br

Diante dessas duas experiências de democracia competitiva, a motivação para a organização deste dossiê da revista *Perspectivas* "Partidos políticos, instituições e democracia no Brasil" tem, como ponto de partida, o amplo debate institucional acerca do desempenho da democracia desde a redemocratização do país, em 1985. De fato os partidos políticos no Brasil têm baixos graus de representação? O Brasil constituiu ou não um sistema de partidos viável? Qual é a importância dos partidos brasileiros no atual sistema político democrático?

Para os mais críticos dessa discussão, a democracia brasileira é continuamente ameaçada por uma complexa estrutura institucional resultante da combinação de presidencialismo com representação proporcional e do federalismo, os quais estimulariam a fragmentação do poder. Esse arranjo dificultaria o fortalecimento de partidos políticos que fossem aos mesmo tempo instituições nacionais eleitoralmente estáveis, atores disciplinados em termos parlamentares e organizações programáticas e ideologicamente consistentes. Em consequência disso, teríamos baixos graus de representatividade, de diferenciação programática e de coesão e disciplina parlamentares. Já o sistema partidário é criticado por apresentar os mais elevados patamares de fragmentação, volatilidade e regionalidade.

Mas esses diagnósticos sobre nossos partidos e sistema partidário foram em geral mais supostos do que comprovados empiricamente, o que manteve abertas as questões fundamentais que colocamos no que se refere à importância partidária nos sistemas democráticos brasileiros. O esforço bem mais recente da Ciência Política brasileira em averiguar essas respostas pela via empírica, muitas vezes refutando o diagnóstico pessimista, inspira a orientação deste dossiê, que visa contribuir para o tema abordando de ângulos inovadores o sistema político representativo brasileiro. Vamos, então, a uma breve apresentação dos aspectos analisados nos artigos a seguir.

O dossiê abre com o trabalho da Maria Teresa M. Kerbauy, o qual defende que os resultados das eleições municipais de 2008 revelam que os principais partidos políticos brasileiros estão estruturados nacionalmente. Para a autora, a nacionalização partidária ocorreria mesmo com a variação observada na votação partidária e independentemente de variáveis específicas, como, por exemplo, características demográficas, socioeconômicas ou a

existência de mandonismos, ou ainda, de políticas públicas que afetariam uma região específica.

Já o artigo de Yan Carreirão examina as eleições para prefeito em Florianópolis realizadas, desde 1985 até 2008. Esse trabalho discute os contextos, as candidaturas e os resultados de cada uma destas disputas redundando em um amplo quadro analítico daquele subsistema partidário. Carreirão conclui que a disputa pela prefeitura da capital catarinense tem se dado principalmente entre partidos localizados ao centro e à direita do espectro ideológico, tendo a esquerda (especialmente o PT) mostrado baixa densidade eleitoral. Outro aspecto relevante, apontado nesse trabalho, é o fato do crescimento do peso da avaliação de governos e candidatos, frente ao peso dos partidos, na decisão de voto dos eleitores nas eleições mais recentes.

O artigo de Simone Bohn descortina a problemática da relação entre *gênero* e *política* na competição para o legislativo municipal. Desvenda o padrão de participação das mulheres brasileiras, sobretudo no que se refere ao volume de candidaturas femininas, à integração das mulheres aos partidos e à eficácia da política de cotas no Brasil. Os dados mostram que, a despeito da ascensão dos partidos de esquerda, a maioria das mulheres concorre ao cargo de vereadora e se elege em partidos de direita. Outra conclusão importante é a de que a política de cotas não se mostra eficaz nos planos nacional e subnacional, muito menos no municipal.

Tiago D. P. Borges analisa a representação política de outro segmento cada vez mais importante na atual quadra democrática: os *evangélicos*. Nessa relação entre religião e política, o autor busca respostas para as seguintes questões: *O que leva os parlamentares evangélicos brasileiros a se dispersarem em tantos partidos? Por que um único partido evangélico não foi criado, ou por que não há sequer uma união em qualquer partido já existente?* Para responder essas indagações, o autor examina a variável "identidade política", tida como fator central na formação de grupos partidários nas democracias modernas. Ele revela que a explicação histórica, de inexistência de incentivos propiciados pela junção entre Estado e Igreja, é insuficiente para entender o caso brasileiro, pois aqui já se observa um significativo divórcio entre Estado e Igreja. Foi o exame de dados empíricos referentes aos deputados estaduais que lhe permitiu constatar ausência de posicionamentos que distinguissem os representantes

evangélicos dos demais, o que explicaria a não-criação de um partido evangélico.

Os dois próximos artigos tratam de examinar um dos aspectos mais relevantes acerca da capacidade de os arranjos institucionais possibilitarem algum grau de controle dos cidadãos sobre os representantes, bem como o financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

Vitor de Moraes Peixoto analisa aspectos do sistema de *financiamento dos partidos políticos* no Brasil em perspectiva comparada. Para tanto, ele classifica os sistemas de financiamento dos partidos políticos de 96 países em dois eixos principais. Primeiro, quanto à transferência de recursos públicos aos partidos. Segundo, quanto ao *controle* que os países exercem sobre o financiamento dos partidos. Ambos, portanto, referem-se ao grau de intervenção regulatória do Estado na competição eleitoral. Ao final, o autor averigua quais fatores dos sistemas políticos democráticos estão associados aos diferentes graus de regulação eleitoral.

O artigo de Maria do Socorro Braga e Adla Bourdoukan examina um elemento extremamente relevante do financiamento político no Brasil — o *financiamento público*, que existe desde 1965 na forma do fundo partidário (fundo especial de assistência aos partidos políticos). As autoras analisam como se dá a distribuição desse fundo entre e no interior dos cinco principais partidos políticos (PP, DEM, PMDB, PSDB e PT) em suas instâncias nacional, estadual e municipal, bem como suas implicações para os padrões de estruturação da organização partidária e para a dinâmica de competição política dos partidos brasileiros. Ainda são investigadas as fontes desse fundo e suas aplicações pelas respectivas organizações partidárias.

Os dois artigos finais deste dossiê discutem questões relacionadas à democracia representativa e ao papel dos partidos políticos em outros contextos de nossa história política.

No artigo de Fabricio Vasselai, deparamo-nos com a investigação da importância legislativa dos partidos na democracia competitiva de 1946-64 em comparação com a democracia atual. Como é sabido, diferentemente de hoje, o sucesso e a prevalência do Executivo no processo decisório não eram tão altos naquela época por conta de certas diferenças institucionais, como ausência de seu poder de agenda, das medidas provisórias e da força regimental dos líderes partidários

no Congresso. No entanto, de acordo com o autor, uma evidência da importância dos partidos na relação Executivo-Legislativo estaria na proporcionalidade entre ministérios que um partido recebeu e as cadeiras que ele possuía na Câmara. O trabalho procura ainda explicar porque interessava ao presidente montar uma coalizão de governo contando com partidos políticos mesmo naquela democracia. E montá-la em níveis de proporcionalidade similares e até um pouco maiores dos atuais.

Por fim, Vera Alves Cepêda discute as condições de elaboração da Constituição Federal de 1934 e, ao mesmo tempo, analisa a argumentação teórica subjacente à proposta de representação profissional (ou corporativa) que polarizou os debates da época. Para isso, primeiramente, a autora examina as características da conjuntura política e econômica em que ocorreu a constituinte, indicando sua temática, dinâmica e o resultado da própria Constituição, vinculando-a ao movimento de crise e de mudança do período. Em seguida, relaciona a polêmica proposta de representação profissional com o debate mais geral sobre o tipo de democracia defendido pelos atores políticos daquele contexto. Por último, apresenta-nos uma reflexão sobre o impacto desta proposta na tentativa de dissolução da hegemonia oligárquica da Primeira República e no espírito orgânico que emergia desde os anos 1920 no pensamento social brasileiro.

Acreditamos que os artigos que compõem o dossiê “Partidos políticos, instituições e democracia no Brasil” lançam novas luzes sobre o sistema político representativo brasileiro, pois analisam de forma acurada e empírica, aspectos cruciais, como o contexto da disputa das eleições de 2008, a nacionalização dos principais partidos, a representação político-partidária feminina e evangélica, o financiamento político dos partidos políticos, a importância dos partidos no contexto da democracia de 1946 e, finalmente, a proposta de representação profissional debatida nos anos 30. Os resultados desses trabalhos fornecem elementos valiosos ao debate sobre a vitalidade de nossos partidos políticos na atual quadra democrática e ajudam a desconstruir uma visão tradicional — que ainda hoje tem certo peso na opinião pública, bem como entre cientistas políticos —, de que estaríamos fadados ao “*subdesenvolvimento partidário*”.

## **Referências**

BRAGA, M. do S. S. *O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política 1982-2002*. São Paulo: Humanistas: Fapesp, 2006.

SOARES, G. A. D. *Sociedade e política no Brasil: desenvolvimento, classe e política durante a Segunda República*. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973. (Corpo e Alma do Brasil, 38).